

**HABEAS CORPUS Nº 477.368 - RJ (2018/0292281-2)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**EURICO DE CASTRO MONTEIRO JUNIOR - RJ050295**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE : EDSON JOSE RODRIGUES (PRESO)**

**EMENTA**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA PARA O ART. 37 DA LEI N. 11.343/2006. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. Ordem denegada.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Edson Jose Rodrigues**, em que se aponta como autoridade coatora a Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

O paciente foi denunciado como incurso no art. 35 da Lei Antidrogas, por ter sido flagrado com o rádio comunicador, na condição de indivíduo que tem a função de vigiar no tráfico de drogas (fls. 17/19). No Processo n. 0023270-23.2016.8.19.0023, o Juízo da 1ª Vara Criminal da comarca de Niterói/RJ o condenou à pena de 3 anos de reclusão e 700 dias-multa (fls. 26/35).

Em sede de apelação, a defesa apontou nulidade na condenação, por ausência de provas suficientes para caracterizar a associação criminosa, e que o delito deveria ser desclassificado para o art. 37 da Lei Antidrogas. A Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu parcial provimento ao recurso (fls. 45/49).

No presente *writ*, a defesa aponta ausência de elementos que

caracterizem a associação para o tráfico de drogas, ante a falta de demonstração de estabilidade e da permanência. Aduz, ainda, ser devida a desclassificação da conduta para o crime previsto no art. 37 da Lei n. 11.343/2006 e alega que o Julgador deixou de levar em conta a distinção existente entre associação para o tráfico e informante colaborador.

Parecer ministerial opinando pelo não conhecimento do *writ* (fls. 65/68).

É o relatório.

Inicialmente, não há como ser reexaminada, em sede de *habeas corpus*, a alegação de não configuração de associação criminosa, porquanto o acórdão hostilizado cita provas relacionadas a horário dos turnos, à quantia auferida pelo paciente, tendo chegado ao entendimento de que ele já integrava a organização criminosa há certo tempo.

Também, quanto ao pedido de desclassificação, não houve omissão por parte do acórdão hostilizado: (fl. 45):

[...]

A riqueza dos detalhes fornecidos aos policiais no momento do flagrante, ou seja, o horário dos turnos, a quantia auferida pelo cumprimento de cada um deles e a "dobra" diante do tranqüilo "expediente" cumprido durante a madrugada, só poderia ser do conhecimento de quem, há tempos, integra a agremiação criminosa. Assim, e sendo o tipo penal trazido no art. 37 da Lei de Drogas subsidiário, só ficando preenchida a tipicidade quando não se comprovar a prática de crime mais grave, o que não é a hipótese em comento, incabível a busca de desclassificação.

[...]

Na verdade, a defesa busca a desclassificação do delito ou a absolvição do paciente, providências que demandam o revolvimento do conjunto fático-probatório, investida incompatível com a via eleita. Com efeito, *o habeas corpus não é o meio adequado para a análise de tese de negativa de autoria ou de desclassificação da conduta por exigir, necessariamente, uma avaliação do conteúdo fático-probatório,*

*procedimento incompatível com a via estreita do writ, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária. Precedentes (HC n. 440.333/MT, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 29/6/2018).*

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

